ReGeo ISSN: 2177-3246

UM MODELO DE EMPREENDEDORISMO SOCIOAMBIENTAL FUNDAMENTADO EM VALORES CRIACIONISTAS AUXILIADORES NO DESENVOLVIMENTO FINANCEIRO FAMILIAR

A MODEL OF SOCIO-ENVIRONMENTAL ENTREPRENEURSHIP BASED ON CREATIONIST VALUES SUPPORTING FAMILY FINANCIAL DEVELOPMENT

UN MODELO DE EMPRENDIMIENTO SOCIOAMBIENTAL FUNDAMENTADO EN VALORES CREACIONISTAS QUE CONTRIBUYEN AL DESARROLLO FINANCIERO FAMILIAR

https://doi.org/10.56238/revgeov17n9-180

Data de submissão: 28/08/2026 **Data de publicação:** 28/09/2026

Fábio Madureira Garcia
Mestre
Instituição: Centro Universitário Adventista de Ensino do Nordeste (UNIAENE)
E-mail: fabio.madureira@adventista.edu.br
Orcid: https://orcid.org/0009-0008-8710-297X
Lattes: http://lattes.cnpq.br/5285663033005486

Ivo Pedro Gonzalez Junior
Doutor
Instituição: Centro Universitário Adventista de Ensino do Nordeste (UNIAENE)
E-mail: ivo.junior@adventista.edu.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-9758-3956
Lattes: http://lattes.cnpq.br/9172835049817642

Caio Macêdo Cardoso da Silva
Graduando
Instituição: Centro Universitário Adventista de Ensino do Nordeste (UNIAENE)
E-mail: caio_mcsilva2@hotmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0004-5297-3338
Lattes: http://lattes.cnpq.br/3034177565774566

RESUMO
O empreendedorismo socioambiental constitui uma abordagem capaz de articular geração de valor econômico, responsabilidade social e uso sustentável dos recursos, mas sua aplicação ao contexto da gestão financeira familiar permanece um campo que demanda maior integração entre dimensões econômicas, socioambientais e éticas. Diante dessa lacuna, este estudo propõe um modelo de empreendedorismo socioambiental fundamentado em valores criacionistas, buscando analisar como princípios de mordomia dos recursos naturais e responsabilidade social podem orientar práticas empreendedoras voltadas ao desenvolvimento financeiro familiar. A pesquisa está delimitada territorialmente ao município de Cachoeira, no Recôncavo Baiano, e adota abordagem interdisciplinar, com métodos mistos, articulando pesquisa bibliográfica e documental, análise de dados secundários e proposição de investigação empírica junto a famílias, empreendedores, lideranças comunitárias e agentes institucionais. A construção do modelo considera quatro dimensões articuladas: princípios éticos para a gestão responsável dos recursos; identificação de iniciativas empreendedoras

socioambientais no território; articulação institucional para capacitação e acesso a recursos; e análise das condições de replicação e escalabilidade dessas iniciativas em consonância com políticas públicas regionais. Como referência aplicada, incorpora-se a experiência de aquaponia residencial, considerada uma alternativa de produção integrada de alimentos com potencial de eficiência no uso de recursos, redução de despesas e geração de renda complementar. A contribuição proposta consiste em integrar valores éticos de matriz criacionista às perspectivas de empreendedorismo socioambiental e gestão econômica familiar, deslocando a compreensão do desempenho empreendedor exclusivamente de resultados financeiros para uma concepção que também contempla responsabilidade socioambiental e geração de valor compartilhado. Os resultados esperados incluem a identificação de práticas socioambientais potencialmente viáveis, a sistematização das relações entre valores, práticas empreendedoras e gestão de recursos familiares e a estruturação de um modelo passível de avaliação empírica. Ressalta-se que, no estágio atual, o modelo constitui uma proposição teórico-conceitual, cuja efetividade e capacidade de contribuir para o desenvolvimento financeiro familiar deverão ser verificadas por investigação empírica posterior.

Palavras-chave: Empreendedorismo Socioambiental. Desenvolvimento Financeiro Familiar. Sustentabilidade. Valores Criacionistas. Aquaponia.

ABSTRACT

Socio-environmental entrepreneurship constitutes an approach capable of articulating economic value creation, social responsibility, and sustainable resource use; however, its application to family financial management remains a field that requires greater integration among economic, socio-environmental, and ethical dimensions. In response to this gap, this study proposes a socio-environmental entrepreneurship model grounded in creationist values, seeking to analyze how principles of stewardship of natural resources and social responsibility may guide entrepreneurial practices aimed at family financial development. The research is territorially delimited to the municipality of Cachoeira, in the Recôncavo Baiano region, Brazil, and adopts an interdisciplinary mixed-methods approach, combining bibliographic and documentary research, secondary data analysis, and the proposal of empirical investigation involving families, entrepreneurs, community leaders, and institutional agents. The model is structured around four interconnected dimensions: ethical principles for responsible resource management; identification of socio-environmental entrepreneurial initiatives within the territory; institutional articulation for training and access to resources; and assessment of the conditions for replication and scalability of such initiatives in alignment with regional public policies. As an applied reference, the study incorporates a residential aquaponics experience, understood as an integrated food production alternative with potential for resource-use efficiency, expense reduction, and supplementary income generation. The proposed contribution consists of integrating ethical values grounded in a creationist perspective with socio-environmental entrepreneurship and family economic management, broadening the understanding of entrepreneurial performance beyond exclusively financial outcomes to include socio-environmental responsibility and shared value creation. Expected results include the identification of potentially viable socio-environmental practices, the systematization of relationships among values, entrepreneurial practices, and family resource management, and the development of a model subject to empirical assessment. At its current stage, the model constitutes a theoretical-conceptual proposition, whose effectiveness and capacity to contribute to family financial development must be verified through subsequent empirical investigation.

Keywords: Socio-environmental Entrepreneurship. Family Financial Development. Sustainability. Creationist Values. Aquaponics.

RESUMEN
El emprendimiento socioambiental constituye un enfoque capaz de articular la generación de valor económico, la responsabilidad social y el uso sostenible de los recursos; sin embargo, su aplicación al contexto de la gestión financiera familiar continúa siendo un campo que requiere una mayor integración entre las dimensiones económicas, socioambientales y éticas. Frente a esta brecha, este estudio propone un modelo de emprendimiento socioambiental fundamentado en valores creacionistas, con el propósito de analizar cómo los principios de mayordomía de los recursos naturales y responsabilidad social pueden orientar prácticas emprendedoras dirigidas al desarrollo financiero familiar. La investigación se delimita territorialmente al municipio de Cachoeira, en la región del Recôncavo Baiano, Brasil, y adopta un enfoque interdisciplinario de métodos mixtos, articulando investigación bibliográfica y documental, análisis de datos secundarios y la propuesta de una investigación empírica con familias, emprendedores, líderes comunitarios y agentes institucionales. El modelo se estructura en cuatro dimensiones interrelacionadas: principios éticos para la gestión responsable de los recursos; identificación de iniciativas emprendedoras socioambientales en el territorio; articulación institucional para la capacitación y el acceso a recursos; y análisis de las condiciones de replicación y escalabilidad de dichas iniciativas en consonancia con las políticas públicas regionales. Como referencia aplicada, se incorpora una experiencia de acuaponía residencial, considerada una alternativa de producción integrada de alimentos con potencial de eficiencia en el uso de recursos, reducción de gastos y generación de ingresos complementarios. La contribución propuesta consiste en integrar valores éticos de matriz creacionista con las perspectivas del emprendimiento socioambiental y de la gestión económica familiar, ampliando la comprensión del desempeño emprendedor más allá de los resultados exclusivamente financieros para incorporar la responsabilidad socioambiental y la generación de valor compartido. Los resultados esperados incluyen la identificación de prácticas socioambientales potencialmente viables, la sistematización de las relaciones entre valores, prácticas emprendedoras y gestión de los recursos familiares, y la estructuración de un modelo susceptible de evaluación empírica. En su etapa actual, el modelo constituye una propuesta teórico-conceptual, cuya efectividad y capacidad para contribuir al desarrollo financiero familiar deberán ser verificadas mediante una investigación empírica posterior.

Palabras clave: Emprendimiento Socioambiental. Desarrollo Financiero Familiar. Sostenibilidad. Valores Creacionistas. Acuaponía.

1 INTRODUÇÃO

Uma preocupação de quem pesquisa em Administração é encontrar um tema que relacione o empreendedorismo a diferentes áreas do conhecimento. O empreendedorismo socioambiental, com foco no fortalecimento financeiro das famílias, apresenta diferentes possibilidades de associação. Um exemplo é associar empreendedorismo, inovação e sustentabilidade ao criacionismo. Essa aproximação pode ser útil para pensar o desenvolvimento financeiro familiar, mesmo fugindo aos temas mais tradicionais da literatura administrativa. A articulação entre a cosmovisão criacionista e conceitos contemporâneos de negócios e sustentabilidade ainda é pouco explorada para práticas empreendedoras voltadas à economia doméstica.

A perspectiva criacionista não se limita a uma interpretação teológica do início da vida. Ela também oferece princípios éticos que sustentam práticas empreendedoras mais conscientes e alinhadas ao bem comum, inclusive no âmbito da administração dos recursos da própria família. Ao tratar o ser humano como gestor, parte-se da ideia de que ele não é proprietário absoluto da Terra. Pois, como parte da criação, ele é visto antes como mordomo, chamado a zelar por ela (BORGES, 2015). Na mesma direção, Canale (2016, p. 57) afirma que o relato da criação estabelece o fundamento para a compreensão da realidade e, portanto, para os critérios éticos que orientam a ação humana. A criação, como ato divino, não aparece apenas como crença religiosa, mas também como um valor prático que parte do princípio de que devemos fazer as melhores escolhas de uso dos recursos providos por Deus, para extrair o máximo que eles podem gerar (BRADLEY, 2020, p. 39), o que envolve orientação de decisões de gestão, produção e consumo inclusive as decisões financeiras tomadas no espaço doméstico, de modo que as práticas empreendedoras familiares passam a ser avaliadas não somente pela eficiência econômica, mas também pela fidelidade a princípios éticos de preservação e de cuidado com o próximo, pois, como afirma Bradley (2020, p. 39-40, tradução dos autores), somos chamados a criar e gerir "um mecanismo que estimule cada um de nós a olhar para além de uma visão estreita de nosso próprio interesse, para também servir aos outros".

Essa aproximação também aparece em autores da administração contemporânea que, mesmo sem uma perspectiva teológica explícita, aproximam-se dessa ideia ao defenderem um empreendedorismo voltado a um propósito que vai além do lucro individual. Caetano e Paro (2020, p. 15) defendem que empreender de forma consciente significa alinhar objetivos de negócio ao propósito maior de gerar valor para a sociedade e respeitar os limites do planeta. Essa aproximação sugere que o empreendedorismo socioambiental, como ferramenta para auxiliar o desenvolvimento financeiro das famílias, não precisa ficar restrito às empresas nem a práticas econômicas isoladas. No contexto

familiar, valores espirituais e religiosos também podem orientar o uso responsável dos recursos e a própria gestão financeira.

O fortalecimento financeiro das famílias exige soluções que considerem não apenas os aspectos econômicos e ambientais, mas também os valores culturais e espirituais das comunidades envolvidas. Em diversas regiões do interior do Brasil, a cosmovisão criacionista influencia profundamente o modo de vida, as relações sociais e as decisões econômicas domésticas. É a partir disso que este estudo apresenta o seguinte problema de pesquisa: como os valores criacionistas podem fundamentar práticas de empreendedorismo socioambiental capazes de auxiliar no desenvolvimento financeiro familiar?

Para responder a essa questão, o objetivo geral é analisar como os valores criacionistas podem fundamentar práticas de empreendedorismo socioambiental capazes de auxiliar no desenvolvimento financeiro familiar. Como objetivos específicos, busca-se:

- analisar o potencial da economia familiar baseada em princípios socioambientais, bem como seus agentes inibidores e facilitadores;
- descrever os valores criacionistas que fundamentam práticas de empreendedorismo socioambiental voltadas ao núcleo familiar;
- mapear iniciativas e práticas empreendedoras socioambientais de viabilidade financeira familiar desenvolvidas no município de Cachoeira, Bahia;
- verificar como os valores criacionistas influenciam práticas de gestão, produção, consumo e responsabilidade socioambiental no âmbito doméstico;
- propor ações práticas para a implementação de iniciativas empreendedoras socioambientais que promovam o desenvolvimento financeiro familiar à luz de valores criacionistas.

Neste artigo, os valores criacionistas são entendidos como princípios éticos derivados da cosmovisão bíblica da criação, especialmente a mordomia humana sobre os recursos naturais e financeiros e o dever de cuidado com os menos favorecidos, e o Modelo de Empreendedorismo Socioambiental Fundamentado em Valores Criacionistas Auxiliadores no Desenvolvimento Financeiro Familiar é entendido como a articulação desses princípios éticos, práticas de gestão sustentável e estratégias de viabilidade econômica no núcleo familiar. Como o estudo ainda está em fase de projeto, a delimitação empírica é o município de Cachoeira, no Recôncavo Baiano, e apresenta, ao longo das seções seguintes, a fundamentação teórica, o percurso metodológico proposto, o modelo teórico-conceitual articulado e os resultados esperados de sua futura aplicação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 EMPREENDEDORISMO SOCIOAMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO FINANCEIRO FAMILIAR

Na literatura de administração, o empreendedorismo socioambiental é discutido como uma abordagem que associa a geração de valor econômico à responsabilidade com o meio ambiente e com a comunidade, e se relaciona a temas como o fortalecimento de arranjos produtivos locais, a economia do conhecimento e a inovação aplicada a contextos regionais (JULIEN, 2010; NAJBERG *et al.*, 2014; BESSANT; TIDD, 2019). Nesse campo, o empreendedorismo deixa de ser visto apenas como iniciativa individual para melhorar a renda e passa também a ser entendido como uma forma de transformação social que pode atuar sobre a realidade financeira das famílias, sobretudo daquelas inseridas em contextos de vulnerabilidade econômica.

Caetano e Paro (2020, p. 15) definem que empreender de forma consciente significa alinhar objetivos de negócio ao propósito maior de gerar valor para a sociedade e respeitar os limites do planeta. Essa concepção amplia a ideia de sucesso empreendedor: além da eficiência econômica, considera a fidelidade a princípios éticos de preservação e de cuidado com o próximo. Os mesmos autores complementam essa ideia ao afirmarem que as iniciativas coletivas, como cooperativas e empreendimento locais, surgem como alternativas de impacto positivo que unem propósito, comunidade e sustentabilidade (CAETANO; PARO, 2020, p. 103), o que aproxima o empreendedorismo socioambiental de arranjos produtivos em que a família é a unidade básica de organização econômica.

Essa ideia também aparece na compreensão de que o empreendedorismo consciente não é apenas uma estratégia de negócio, mas um chamado para que indivíduos e organizações alinhem sua atuação a seus valores mais profundos (CAETANO; PARO, 2020, p. 58).No contexto familiar, isso sugere que a viabilidade financeira de iniciativas produtivas domésticas como hortas, pequenas criações e sistemas integrados de produção de alimentos não depende exclusivamente de variáveis técnicas e mercadológicas, mas também da adesão a princípios éticos que orientam o uso responsável dos recursos disponíveis à família. É nesse ponto que a cosmovisão criacionista, discutida nas seções seguintes, pode oferecer uma referência complementar às abordagens convencionais do empreendedorismo socioambiental, ao situar a mordomia como categoria central da relação entre o ser humano, os recursos naturais e os recursos financeiros sob sua responsabilidade.

2.2 COSMOVISÃO CRIACIONISTA: O RELATO DA CRIAÇÃO E SUA LITERALIDADE

A vertente do criacionismo adotada neste estudo parte da crença em um Criador e toma como principal base bíblica o relato de Gênesis 1 e 2. Nesses capítulos, o autor relata de forma histórica e literal (SOUZA; AGUIAR, 2013, p. 187) o surgimento da Terra e de tudo o que ela contém. Após o ato criador, o ser humano é colocado como mordomo da criação, responsável por cuidar e proteger a fauna e a flora (GREGOR, 2015, p. 137-138).

Essa descrição não é tratada como texto científico, porque o autor bíblico não busca uma explicação detalhada de como ocorreu o processo criador, mas demonstrar que Deus, por Seu poder, foi o agente criador, formulando uma narrativa didática (FLORI; RASOLOFOMASOANDRO, 2002, p. 239). Mesmo sem caráter científico, o texto é discutido em diálogo com áreas como a física, a química, a paleontologia e a biologia (FLORI; RASOLOFOMASOANDRO, 2002, p. 294), além de estudos históricos e arqueológicos realizados em culturas distintas, que trazem relatos extrabíblicos convergentes (SILVA, 2013, p. 99-127). O fato de o texto não se apresentar como descrição científica não impede que ele seja compreendido, neste estudo, como narrativa histórica e literal.

Para a perspectiva doutrinária adotada neste estudo, considera-se que a proposta do autor bíblico foi produzir um relato literal da criação. Como observa Silva (2013, p. 99), a não literalidade de Gênesis 1 e 2 desconstrói a ideia de que a humanidade caiu em pecado e, por conseguinte, carece de um salvador, anulando a obra salvífica de Jesus e esvaziando o sentido dos símbolos contidos no modelo de santuário entregue aos israelitas. A partir de análise textual e contextual, Hasel (1994, p. 5-38) argumenta que o texto deve ser compreendido como literal, indicando que a expressão “tarde e manhã”, associada ao termo “dia” (yom), é utilizada na Bíblia Hebraica para referir-se a um período de vinte e quatro horas. No quarto mandamento, localizado em Êxodo 20:9-11 e 31:15-17, o escritor bíblico recorre ao mesmo recurso empregado em Gênesis 1 e 2, interpretando os seis dias da criação como sequenciais, cronológicos e literais (SOUZA; AGUIAR, 2013, p. 170).

A leitura literal adotada neste estudo orienta a discussão que segue, porque ela parte diretamente da ideia de Deus como Criador e do ser humano como cuidador de Sua criação pressuposto que sustenta, adiante, a discussão sobre a mordomia aplicada às práticas empreendedoras e à administração dos recursos familiares.

2.3 O SER HUMANO COMO MORDOMO DA CRIAÇÃO

Tratando-se especificamente da criação do ser humano, o relato de Gênesis 2:26-28 descreve a ação criadora de Deus, que o fez à Sua imagem e semelhança e lhe conferiu domínio, designando-o para governar sobre os animais criados. Gregor (2015, p. 131-148) analisa lexicalmente Gênesis 1 e 2

e mostra seu reuso em outras obras do Pentateuco, análise utilizada neste estudo como base para os princípios da mordomia. Ao tratar de Gênesis 2:26-28, Gregor (2015, p. 134-137) examina o termo "dominar" (rādâ), evidenciando que Deus constituiu o ser humano como autoridade sobre a criação, de modo que esse domínio não deve ser exercido de forma predatória; o termo sugere, ao contrário, que a dominância deva ser exercida com gentileza, cuidado e compaixão, indicando também um caráter de realeza no ofício conferido à humanidade.

Segundo Gênesis 2, o ser humano recém-criado foi colocado no jardim do Éden para "o cultivar e guardar" (Gn 2:15, ARA). Como o Comentário Bíblico Adventista afirma (2014, v. 1, p. 207), essa função pressupõe que, mesmo sendo a criação perfeita, havia necessidade de manutenção, e o ser humano foi designado a essa tarefa, evidenciando ser necessário cultivar a terra. Michelson Borges observa que o mundo, sendo resultado de um ato criador, não pertence ao gestor humano, que, como ser criado, não pode reivindicar posse sobre ele; a humanidade é, antes, mordoma da criação, chamada a zelar por ela (BORGES, 2015). Essa ideia tem uma implicação direta para a administração: se o ser humano não é proprietário absoluto dos recursos naturais, tampouco o é dos recursos financeiros e produtivos sob sua responsabilidade, cabendo-lhe geri-los com o mesmo espírito de cuidado, gentileza e prestação de contas atribuído à mordomia da criação.

2.4 CAUSAS SOCIAIS NA COSMOVISÃO BÍBLICA

Além da ideia de que o ser humano é mordomo da criação, a cosmovisão bíblica apresenta diversos apelos à ação social, formulados tanto por Jesus quanto por outros autores bíblicos. Essa dimensão social constitui, ao lado da mordomia, o segundo pilar sobre o qual se assenta a articulação entre valores criacionistas e empreendedorismo socioambiental proposta neste artigo, e situa o cuidado com os menos favorecidos como decorrência direta das bênçãos recebidas de Deus.

2.4.1 Reuso e Ampliação no Novo Testamento

No Novo Testamento, esse princípio aparece novamente e ganha novos elementos. No Evangelho de Mateus, a parábola das ovelhas e dos bodes traz a temática social de forma explícita, ao associar às ovelhas os que praticam boas obras em favor dos necessitados (os benditos) e aos bodes os que delas se omitem (os malditos) (Mt 25:31-46, ARA). Sobre essa passagem, Tasker (1980, p. 188-190) observa que o texto estabelece relação explícita entre a retribuição de cada classe e aquilo que fizeram, não aquilo que disseram, o que mostra a importância do auxílio aos menos favorecidos no cristianismo. Já no livro de Tiago, a teologia enfatiza o tema da riqueza e da pobreza, sobretudo quanto ao modo de utilizar a riqueza. Blomberg e Kamell (2008, p. 254-255) observam que as riquezas devem

ser usadas para servir ao próximo, e não para conferir a quem as possui uma condição especial na forma de ser tratado reforçando, assim, que a posse de recursos não confere privilégio, mas responsabilidade.

2.4.2 Assistência Social aos Menos Favorecidos

A leitura de Levítico 19:9-10 e 23:22, junto com as passagens do Novo Testamento, permite entender a assistência aos menos favorecidos não como ação assistencialista pontual, mas como parte da própria forma de administrar os recursos produtivos. A legislação da respigadura, estabelece a obrigação legal de auxílio aos menos favorecidos dentro do processo de produção agrícola, e não em uma etapa posterior de distribuição de excedentes. De modo convergente, a parábola das ovelhas e dos bodes estabelece que o critério de avaliação da conduta humana está associado diretamente às obras praticadas em favor de quem tem fome, sede, é estrangeiro, está nu, enfermo ou preso (Mt 25:35-36, ARA), reforçando que a causa social não constitui elemento acessório da cosmovisão bíblica, mas expressão prática da relação entre o ser humano e o próximo.

2.4.3 Ligação com o Empreendedorismo

Quando relacionada à noção de mordomia discutida na Seção 2.3, essa dimensão social da cosmovisão bíblica tem implicações diretas para o empreendedorismo socioambiental voltado ao desenvolvimento financeiro familiar. Se, por um lado, o ser humano administra recursos que não lhe pertencem de forma absoluta, por outro, essa administração está condicionada à reserva de parte do resultado produtivo para o auxílio aos que dele necessitam. Trazendo essa ideia para os dias atuais e associando as práticas empreendedoras contemporâneas como hortas comunitárias, sistemas produtivos integrados e pequenos empreendimentos familiares, essa lógica sugere que a viabilidade financeira dessas iniciativas não deve ser avaliada apenas por seu retorno econômico direto à família empreendedora, mas também por sua capacidade de gerar excedente compartilhável com a comunidade ao redor, seja por meio de doação de parte da produção, seja pela geração de oportunidades de capacitação e renda para vizinhos e parentes em situação de maior vulnerabilidade.

2.5 CONVERGÊNCIA ENTRE ÉTICA CRIACIONISTA E EMPREENDEDORISMO CONSCIENTE

Na Administração, Caetano e Paro (2020, p. 15; p. 58; p. 103) ajudam a mostrar essa aproximação ao definir o empreendedorismo consciente como alinhamento entre objetivos de negócio, propósito social e respeito aos limites do planeta, e ao situar as iniciativas coletivas cooperativas e

empreendimento locais como alternativas que unem propósito, comunidade e sustentabilidade. Michelson Borges, por sua vez, observa que práticas agrícolas e sociais que buscam harmonia com a natureza e solidariedade entre as pessoas (BORGES, 2015, p. 119) expressam, no plano concreto, os mesmos princípios discutidos nas seções anteriores. Com isso o empreendedorismo não se resume a iniciativas individuais de mercado, mas configura-se como expressão de um projeto comunitário baseado na fé, que privilegia a ética, a simplicidade e a preservação do meio ambiente (BORGES; CRUZ, 2013). Empreendimentos agrícolas, artesanato local e agricultura orgânica e familiar são exemplos de como os valores criacionistas podem aparecer em atividades econômicas sustentáveis exemplos que a literatura administrativa mais recente reconhece de forma convergente, ainda que sem referência direta à cosmovisão criacionista que os fundamenta neste estudo.

2.7 PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE ALIMENTOS E O CENÁRIO DA AQUAPONIA

Entre as iniciativas consideradas neste estudo, a aquaponia é uma das que permite colocar em prática, no ambiente doméstico, os princípios discutidos nas seções anteriores. A aquaponia é definida como a combinação entre aquicultura (produção de organismos aquáticos) e hidroponia (produção de plantas sem solo), constituindo um sistema de produção integrada de peixes e vegetais (MADUREIRA *et al*, 2024). A proposta é permitir que famílias produzam parte do próprio alimento, associando conscientização socioambiental à redução de até 90% do consumo de água em comparação aos sistemas de horticultura convencionais (EMBRAPA, 2015 *apud* MADUREIRA *et al*, 2024).

No pré-teste realizado pelos autores, foram observadas algumas vantagens técnicas: a reutilização total da água por meio de sistema de recirculação (RAS), reduzindo ou até eliminando a liberação de efluentes no meio ambiente; a produção de alimento sem uso de pesticidas; a possibilidade de renda extra por meio da venda de hortaliças e peixes; além do potencial como ferramenta didático-pedagógica e de capacitação individual e coletiva (MADUREIRA *et al*, 2024). Nos testes realizados entre julho e novembro de 2022, o consumo de água manteve-se estável em torno de 2.400 litros ao longo de quatro meses de produção volume inicialmente destinado à ciclagem dos tanques, sem desperdício adicional na produção conjunta de hortaliças (alface, couve, abóbora, ora-pro-nóbis, agrião, hortelã, menta, cebolinha, taioba e tomates) e de tilápias, que atingiram média de 20 cm em três meses a partir da fase de alevino (MADUREIRA *et al*, 2024).

3 METODOLOGIA

Toda pesquisa precisa deixar claros os métodos, as técnicas e os procedimentos utilizados. Também precisa mostrar como o pesquisador entende a construção do conhecimento. A partir disso,

este estudo adota uma abordagem interparadigmática, ou multiparadigmática, que permite diferentes olhares sobre o mesmo objeto de pesquisa, sem o reducionismo de um único paradigma, possibilitando a contribuição de diferentes pesquisadores aos produtos finais (RIBEIRO *et al*., 2024). Orientada por essas premissas, a pesquisa é guiada pelos paradigmas interpretacionista (construtivista), funcionalista (pós-positivista) e por contribuições da teoria da complexidade. A utilização desses diferentes paradigmas não elimina as contribuições individuais de cada um, mas permite a multiplicidade de reflexões a partir de diferentes lentes interpretativas e de diferentes meios de coleta de dados.

A estratégia de investigação adotada é de métodos mistos, de acordo com a concepção multiparadigmática assumida, em que o pesquisador tende a basear suas alegações de conhecimento em elementos pragmáticos, tanto de natureza quantitativa quanto qualitativa (CRESWELL, 2010; GÜNTHER, 2006). O método misto permite triangular diferentes fontes de dados qualitativos e quantitativos (CRESWELL, 2010), buscando superar as limitações de cada modelo isoladamente, possibilitar a integração e a comparação entre os dados e dar ao pesquisador mais liberdade para escolher métodos, técnicas e procedimentos adequados à investigação (CRESWELL, 2010).

A partir dessa definição, serão usados diferentes instrumentos de coleta e métodos de análise. No início, o trabalho estará concentrado na coleta e na análise de dados secundários disponíveis nas bases do IBGE Cidades, do Sebrae, da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e do Mapeamento de Experiências Socioambientais do Estado da Bahia, conduzido pela Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), direcionando dados comparativos para o município de Cachoeira, Bahia, entre outras fontes. O procedimento de coleta seguirá etapas de levantamento sistemático, extração de variáveis socioeconômicas e ambientais e registro em planilhas padronizadas. Os indicadores extraídos serão tratados por meio de análise documental, estatística descritiva e elaboração de matrizes de comparação, possibilitando a caracterização do ecossistema empreendedor e socioambiental local, com apoio institucional do UNIAENE, por meio de seu núcleo de empreendedorismo e inovação e de seu núcleo de estudos regionais em administração e negócios.

Depois do levantamento dos dados secundários, será iniciada a coleta de dados primários, com a aplicação de questionários, entrevistas semiestruturadas, grupos focais e observações de campo. A população-alvo inclui empreendedores locais, lideranças comunitárias e religiosas, gestores públicos e membros da comunidade. A amostragem será do tipo propositiva e por conveniência, prevendo-se cerca de 200 respondentes em *survey*, de 20 a 30 entrevistados-chave e três grupos focais com 8 a 10 participantes cada. Os instrumentos contemplarão questões sociodemográficas, práticas empreendedoras, percepções sobre valores criacionistas, indicadores de sustentabilidade e, de forma específica, indicadores de viabilidade financeira das iniciativas familiares. Esse item amplia o

instrumento original em razão do recorte proposto neste artigo para o desenvolvimento financeiro familiar. Os roteiros de entrevista abordarão motivações, práticas e barreiras relacionadas ao empreendedorismo socioambiental.

A coleta de dados só ocorrerá após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Antes disso, serão feitos contatos com instituições locais e parceiros estratégicos. A coleta será conduzida com registro seguro e anonimização dos dados dos participantes da pesquisa. A observação participante será utilizada para complementar as informações, com diário de campo e registros fotográficos, quando autorizados, nos campos de teste que vierem a ser implantados durante a pesquisa.

Os dados quantitativos (*survey* e indicadores secundários) serão analisados por meio de estatística descritiva (frequências, médias, correlações) e, quando aplicável, análises inferenciais. Os dados qualitativos (entrevistas, grupos focais e observações) serão analisados por meio de análise temática, identificando categorias emergentes relacionadas aos valores criacionistas e às práticas empreendedoras. A triangulação dos métodos será utilizada para integrar os resultados quantitativos e qualitativos, ajudando a dar maior consistência à interpretação.

Serão seguidos todos os princípios éticos estabelecidos, com obtenção do consentimento livre e esclarecido dos participantes, preservação da identidade e confidencialidade das informações, e devolutiva dos resultados às comunidades envolvidas. Prevê-se a coleta de dados secundários e a elaboração dos instrumentos nos dois primeiros meses da pesquisa, seguida da coleta de dados primários entre o terceiro e o sexto mês. A análise e a integração dos resultados ocorrerão do sétimo ao nono mês, culminando na redação dos relatórios e artigos científicos.

Esses procedimentos permitirão compreender como os valores criacionistas podem fundamentar práticas empreendedoras sustentáveis, favorecendo o desenvolvimento financeiro familiar com base na integração entre ciência, fé e responsabilidade socioambiental.

4 UM MODELO DE EMPREENDEDORISMO SOCIOAMBIENTAL FUNDAMENTADO EM VALORES CRIACIONISTAS AUXILIADORES NO DESENVOLVIMENTO FINANCEIRO FAMILIAR

O modelo proposto neste artigo reúne os dois pilares teológicos discutidos na Fundamentação Teórica a mordomia (Seção 2.3) e a causa social (Seção 2.4) com os critérios de empreendedorismo consciente já consolidados na literatura de administração (Seção 2.6) e com a evidência técnica de viabilidade obtida a partir da aquaponia residencial (Seção 2.7). Em vez de tratar os princípios éticos e as tecnologias produtivas de forma isolada, o modelo propõe que a decisão de empreender no núcleo familiar seja orientada, simultaneamente, por quatro dimensões articuladas entre si: os princípios

criacionistas que fundamentam a gestão dos recursos; o mapeamento das iniciativas empreendedoras já existentes no território; a articulação institucional que viabiliza o acesso a capacitação e a insumos; e a avaliação de escalabilidade da iniciativa frente às políticas públicas regionais. A integração dessas quatro dimensões constitui a principal contribuição conceitual deste estudo, que desloca o critério de viabilidade financeira familiar de uma análise puramente técnico-econômica para uma análise que também considera o fundamento ético da atividade empreendedora.

4.1 PRINCÍPIOS CRIACIONISTAS APLICÁVEIS À GESTÃO E À SUSTENTABILIDADE

A mordomia, tal como discutida a partir de Gênesis 2:15 e 2:26-28, estabelece que o domínio humano sobre os recursos naturais não deve ser exercido de forma predatória, mas com gentileza e compaixão (GREGOR, 2015, p. 134-137). Quando aplicado à gestão financeira familiar, esse princípio implica que a família empreendedora não administra seus recursos: terra, água, capital inicial, força de trabalho doméstica como proprietária absoluta, mas como depositária de um patrimônio que deve prestar contas de seu uso (GREGOR, 2015, p. 137-138). Na prática, esse princípio orienta decisões como a escolha de tecnologias produtivas de baixo impacto ambiental, a exemplo da recirculação de água em sistemas de aquaponia (MADUREIRA *et al*, 2024), e a preferência por processos que não gerem efluentes contaminantes, mesmo quando alternativas de menor custo inicial estivessem disponíveis.

À mordomia soma-se a causa social discutida em Levítico 19:9-10, 23:22 e em Mateus 25:31-46. Na gestão familiar, esse princípio significa que parte do resultado produtivo da iniciativa empreendedora deve ser reservada, ainda que simbolicamente, para o auxílio a quem se encontra em situação de maior vulnerabilidade no entorno da família, vizinhos, parentes ou membros da comunidade local. Esse critério diferencia o modelo de abordagens de empreendedorismo familiar voltadas apenas à maximização do retorno privado, aproximando-o das iniciativas coletivas discutidas por Caetano e Paro (2020, p. 103), que unem propósito, comunidade e sustentabilidade.

A convergência entre esses dois princípios mordomia e causa social e os critérios de empreendedorismo consciente (CAETANO; PARO, 2020, p. 15; p. 58) permite estabelecer, para este modelo, três diretrizes de gestão para a unidade familiar:

- a atividade produtiva deve priorizar tecnologias de baixo impacto ambiental e uso eficiente dos recursos disponíveis;
- o resultado econômico da iniciativa deve ser avaliado em conjunto com sua capacidade de gerar excedente compartilhável com a comunidade;

- a decisão de empreender deve estar alinhada a um propósito que ultrapassa o retorno financeiro individual, sem que isso desobrigue a família de avaliar com rigor a viabilidade econômica do empreendimento.

4.2 MAPEAMENTO DE INICIATIVAS EMPREENDEDORAS SOCIOAMBIENTAIS EM CACHOEIRA

As diretrizes anteriores podem ser observadas na experiência de implantação de sistemas de aquaponia residencial no município de Cachoeira, Bahia, já discutida tecnicamente na Seção 2.7. Essa iniciativa reúne as três diretrizes de gestão propostas: quanto ao uso eficiente dos recursos, o sistema testado demonstrou redução de até 90% no consumo de água em relação à horticultura convencional, mediante recirculação em modelo RAS (MADUREIRA *et al*, 2024); quanto à geração de excedente compartilhável, a articulação obtida com a Bahia Pesca permitiu a retirada gratuita de alevinos mediante cadastro de famílias interessadas, o que ampliou o alcance da iniciativa para além da unidade piloto (MADUREIRA *et al*, 2024); e quanto ao propósito que ultrapassa o retorno individual, a iniciativa foi concebida desde sua origem como ferramenta de capacitação de famílias de baixa renda em comunidades pesqueiras da região da Baía do Iguape, afetadas pela redução da pesca artesanal (MADUREIRA *et al*, 2024).

O mapeamento também mostra que a viabilidade financeira familiar dessa iniciativa não pode ser assumida de forma automática. O investimento inicial estimado de R$ 4.968,50 para a estrutura piloto, somado aos gastos mensais recorrentes com testes de qualidade da água e ração não contemplados nesse valor, é uma barreira de entrada importante para famílias em situação de vulnerabilidade econômica, o público-alvo declarado da iniciativa (MADUREIRA *et al*, 2024). É nesse ponto que o modelo proposto vai além da descrição técnica original: ao situar a aquaponia dentro de uma estrutura de mordomia financeira, o modelo sugere que a viabilidade da iniciativa depende da articulação institucional discutida na subseção seguinte, que pode reduzir a barreira de entrada por meio de doação de materiais, cadastro em programas públicos de fomento ou parcerias com empresas locais.

4.3 ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

No modelo proposto, a implantação de iniciativas empreendedoras socioambientais fundamentadas em valores criacionistas depende da articulação entre a unidade familiar, instituições de ensino superior e órgãos públicos de fomento. No caso mapeado neste estudo, essa articulação envolveu o UNIAENE, por meio de seu núcleo de empreendedorismo e inovação e de seu núcleo de

estudos regionais em administração e negócios, responsáveis pela orientação acadêmica e pela consultoria técnica junto às famílias participantes (MADUREIRA *et al*, 2024). Também houve articulação com a Bahia Pesca, responsável pelo fomento à aquicultura mediante projetos sustentáveis que observam a natureza econômica, social, ambiental e cultural das comunidades atendidas, e que viabilizou a retirada gratuita de alevinos para famílias cadastradas (MADUREIRA *et al*, 2024).

Essa articulação institucional cumpre duas funções principais. A primeira é técnica: a complexidade identificada na Seção 2.7, parâmetros de qualidade da água, densidade populacional, saúde animal exige suporte de profissionais especializados que, isoladamente, uma família de baixa renda dificilmente teria condições de contratar. A segunda é financeira: a participação de instituições parceiras permite reduzir a barreira de investimento inicial discutida na subseção 4.2, seja por meio de doação de materiais recicláveis, seja pelo acesso a programas públicos de incentivo. Sem essa articulação, o modelo pode acabar mantendo iniciativas tecnicamente viáveis, mas financeiramente inacessíveis às famílias que mais se beneficiariam delas, o que contraria diretamente o próprio princípio da causa social (Seção 2.4).

4.4 POTENCIAL DE ESCALABILIDADE E DIÁLOGO COM POLÍTICAS PÚBLICAS REGIONAIS

A possibilidade de ampliar o modelo é analisada a partir da passagem entre a fase de testes conduzida em ambiente controlado e sua posterior implantação junto à comunidade, iniciada com o apoio da Bahia Pesca (MADUREIRA *et al*, 2024). Essa transição indica que o modelo pode ir além de uma experiência pontual e ser replicado em outras unidades familiares do território, desde que mantida a articulação institucional discutida na subseção 4.3. O diálogo com políticas públicas regionais é particularmente relevante no caso do Recôncavo Baiano, onde a redução da pesca artesanal nas comunidades da Baía do Iguape tem gerado dificuldades financeiras para dezenas de famílias que dependem de espécies de água doce, crustáceos e mariscos como forma de renda e subsistência (MADUREIRA *et al*, 2024). Esse cenário reforça a possibilidade de usar iniciativas empreendedoras socioambientais fundamentadas em valores criacionistas como estratégia complementar de fortalecimento financeiro familiar nessas comunidades.

Quadro 1. Síntese do Modelo de Empreendedorismo Socioambiental Fundamentado em Valores Criacionistas Auxiliadores no Desenvolvimento Financeiro Familiar

Dimensão do modelo	**Fundamento teórico**	**Aplicação no caso mapeado**
Princípios criacionistas de gestão	Mordomia **(Gn 2:15; 2:26-28)** e causa social **(Lv 19:9-10; 23:22; Mt 25:31-46)**	Uso eficiente da água e priorização de tecnologia de baixo impacto ambiental
Mapeamento de iniciativas	Empreendedorismo consciente **(Caetano; Paro, 2020)**	Aquaponia residencial em comunidades pesqueiras de Cachoeira
Articulação institucional	Cooperação interinstitucional para viabilização técnica e financeira	UNIAENE e Bahia Pesca
Escalabilidade	Transição de unidade piloto para rede de unidades familiares	Cadastro de famílias para retirada gratuita de alevinos

Fonte: elaborado pelos autores (2026), com base em MADUREIRA *et al* (2024), Borges (2015), Canale (2016), Caetano e Paro (2020) e Gregor (2015).

5 RESULTADOS ESPERADOS

Como o projeto de pesquisa ainda está em desenvolvimento e as fontes primárias ainda não foram coletadas, esta seção apresenta os resultados esperados a partir da relação entre os dados secundários já disponíveis e os objetivos específicos formulados na Introdução, seguindo o mesmo tratamento adotado em estudos anteriores dos autores que também se encontravam em fase de pré-teste ou implantação parcial (MADUREIRA *et al*, 2024).

5.1 CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL A PARTIR DE DADOS SECUNDÁRIOS

As informações iniciais disponibilizadas pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA), por meio do Mapeamento de Experiências Socioambientais do Estado da Bahia, abrangem diversos Territórios de Identidade, modelo de regionalização implementado pelo governo baiano em 2007 com o objetivo de reduzir as desigualdades do estado. O Recôncavo constitui um dos 27 Territórios de Identidade, com 19 municípios e 5.221 km² de área, dos quais cerca de 60% das atividades econômicas estão centradas no comércio e nos serviços (SEI, 2016). Esse dado ajuda a situar a cidade de Cachoeira em um território cuja base econômica não é predominantemente agropecuária o que reforça a possibilidade de iniciativas empreendedoras familiares complementares à renda, como a aquaponia residencial discutida na Seção 2.7, como estratégia de diversificação da economia doméstica.

A partir desse levantamento territorial, espera-se avaliar as possíveis contribuições científicas, tecnológicas e de inovação do estudo, verificando as possibilidades existentes na produção de alimentos integrados em pequenos espaços incluindo microverdes, *babyleaf*, brotos e PANCs (plantas

alimentícias não convencionais) na execução prática, comparando o rendimento nutricional, o tempo de colheita e o uso de controladores químicos entre essas técnicas e a produção convencional baseada no solo (EMBRAPA, 2023). Esse comparativo deverá ajudar na avaliação da viabilidade financeira familiar proposta nos objetivos específicos deste artigo, porque técnicas com menor tempo de colheita tendem a permitir retorno financeiro mais rápido para famílias que dependem da atividade como complemento de renda.

Quadro 2.

Dimensão	**Resultado esperado**
Caracterização territorial	Mapeamento do Território de Identidade Recôncavo e sua base econômica **(SEI, 2016; SEMA)**
Produção de alimentos	Comparativo técnico entre microverdes/aquaponia e produção convencional em solo **(EMBRAPA, 2023)**
Fundamentação confessional	Articulação entre mordomia, causa social e desenvolvimento financeiro familiar
Contribuição científica	Identificação de práticas empreendedoras inspiradas em valores criacionistas
Aplicação prática	Recomendações replicáveis para famílias de baixa renda em territórios semelhantes
Disseminação	Publicações acadêmicas e apresentação em eventos científicos

Fonte: Elaborada pelos autores

6 DISCUSSÃO

6.1 A MORDOMIA COMO FUNDAMENTO ÉTICO PARA A GESTÃO FINANCEIRA FAMILIAR

Os resultados esperados da Seção 5, embora baseados em dados secundários e em experiência técnica anterior, indicam que a principal contribuição deste estudo não está na criação de uma nova tecnologia produtiva, mas na proposta de um fundamento ético para orientar decisões que as famílias empreendedoras já tomam no dia a dia. Os princípios que orientam o modelo proposto na Seção 4 dialogam diretamente com a leitura de Gênesis 2:26-28 apresentada por Gregor (2015, p. 134-137). Essa leitura converge com formulações da administração contemporânea, que também deslocam o critério de sucesso empreendedor da eficiência puramente econômica para uma avaliação ética mais ampla (CAETANO; PARO, 2020, p. 15).

6.2 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Este estudo ainda apresenta limitações porque os dados primários previstos na Metodologia (*survey*, entrevistas semiestruturadas e grupos focais) ainda não foram coletados. Dessa forma, as análises apresentadas na Seção 5 fundamentam-se em dados secundários disponíveis e na evidência

técnica de um único caso mapeado a aquaponia residencial, por isso ainda não é possível avaliar de forma consolidada o efeito do modelo sobre a viabilidade financeira de um conjunto maior de famílias no território estudado.

Além disso, indicadores do desempenho financeiro das iniciativas familiares, como geração líquida de renda, tempo de retorno do investimento inicial e redução de custos domésticos de alimentação dependerão do levantamento primário previsto para o terceiro ao sexto mês da pesquisa. Por isso, recomenda-se que a próxima etapa do estudo inclua indicadores financeiros específicos, capazes de mensurar com precisão o efeito do modelo sobre o orçamento das famílias participantes, bem como a percepção dessas famílias quanto à influência dos valores criacionistas em suas decisões de gestão. Essa dimensão é qualitativa e, por isso, não pode ser antecipada com base apenas em dados secundários.

7 CONCLUSÕES

Este estudo propõe um Modelo de Empreendedorismo Socioambiental Fundamentado em Valores Criacionistas Auxiliadores no Desenvolvimento Financeiro Familiar, articulando a cosmovisão bíblica da criação, o empreendedorismo consciente e a experiência técnica de aquaponia residencial no município de Cachoeira, Bahia. Nesta etapa, o modelo ainda é uma proposta que deverá ser avaliada com dados primários.

A contribuição do estudo está em articular a mordomia e a causa social aos critérios de empreendedorismo consciente (CAETANO; PARO, 2020) e com a experiência técnica de uma tecnologia produtiva concreta (MADUREIRA *et al*, 2024). A avaliação do modelo dependerá da coleta de dados primários prevista na Metodologia, incluindo indicadores financeiros e aspectos qualitativos relacionados às decisões de gestão das famílias participantes.

O modelo parte da hipótese de que, para famílias inseridas em contextos de forte influência religiosa, essas dimensões estão relacionadas: o fundamento ético da cosmovisão criacionista pode tornar mais compreensível, para essas famílias, uma ideia ampliada de sucesso empreendedor já defendida pela literatura de administração.

Além da contribuição teórica, o modelo pode ter aplicação prática em outras famílias e comunidades do Recôncavo Baiano com características socioeconômicas semelhantes às do caso mapeado, desde que mantida a articulação institucional entre a unidade familiar, instituições de ensino superior e órgãos públicos de fomento condição considerada importante para enfrentar a barreira de investimento inicial que, sem esse apoio, poderia impedir o acesso das famílias mais vulneráveis às iniciativas concebidas para beneficiá-las.

Por fim, a avaliação do modelo dependerá das etapas de coleta de dados primários previstas na metodologia, que ainda não foram realizadas. Por isso, recomenda-se que a continuidade do estudo incorpore indicadores quantitativos de desempenho financeiro familiar geração líquida de renda, tempo de retorno do investimento inicial e redução de custos domésticos de alimentação e indicadores qualitativos relativos à percepção das famílias participantes quanto à influência dos valores criacionistas em suas decisões de gestão. O monitoramento desses indicadores, a ser realizado por meio de *survey*, entrevistas semiestruturadas e grupos focais junto a empreendedores locais, lideranças comunitárias e religiosas, gestores públicos e membros da comunidade, permitirá avaliar o modelo, fazer ajustes e verificar em que medida ele pode ser replicado em diferentes realidades da agricultura e do empreendedorismo familiar no Semiárido e no Recôncavo baianos.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA. Português. Bíblia Sagrada. Versão de João Ferreira de Almeida, Revista e Atualizada, 2. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993. (ARA)

ALTIERI, Diego; TENÓRIO, Fernando G. Gestão e economia solidária. Coleção Gestão e desenvolvimento. Ijuí: Editora Unijuí, 2023. E-book. ISBN 9788541903639.

BESSANT, John; TIDD, Joe. Inovação e empreendedorismo. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019. E-book. ISBN 9788582605189.

BLOMBERG, Craig L.; KAMELL, Mariam J. James: Zondervan Exegetical Commentary on the New Testament. Grand Rapids, Michigan: Zondervan, 2008.

BORGES, Michelson. A História da Vida: de onde viemos, para onde vamos. 4. ed. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2015a. 224 p. ISBN 978-8534506281.

BORGES, Michelson (org.). Por Que Creio: doze pesquisadores falam sobre ciência e religião. 3. ed. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2015b. 224 p. ISBN 978-85-345-0836-0.

BORGES, Michelson; CRUZ, Denis. A descoberta: a experiência que revolucionou a vida de um cientista ateu. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2013. 160 p. ISBN 978-85-345-1783-6.

CAETANO, Rodrigo; PARO, Pedro. Empreendedorismo consciente. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020. E-book. ISBN 9786555201550.

CANALE, Fernando L. Criação, Evolução e Teologia: uma introdução aos métodos científico e teológico. Engenheiro Coelho: UnasPress, 2016. 130 p. ISBN 978-8584630264.

COMENTÁRIO Bíblico Adventista: a Bíblia sagrada com o comentário exegético. 1. ed. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2014. v. 1. (Logos, 1).

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

EMBRAPA. Artigo — Microverdes: cultivo fácil e oportunidade de melhoria nutricional na dieta dos consumidores. 2023. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/79478103/artigo---microverdes-cultivo-facil-e-oportunidade-de-melhoria-nutricional-na-dieta-dos-consumidores. Acesso em: 1 fev. 2025.

FLORI, Jean; RASOLOFOMASOANDRO, Hansel. Em Busca das Origens: Evolução ou Criação? Colmenar Viejo, Madrid: Editorial Safeliz, 2002.

GIBSON, L. James. Mistérios da Criação. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2013. 192 p. ISBN 978-8534517911.

GREGOR, Paul. Creation Revisited: Echoes of Genesis 1 and 2 in the Pentateuch. In: KLINGBEIL, G. A. (ed.). The Genesis Creation Account and Its Reverberations in the Old Testament. Berrien Springs: Andrews University Press, 2015. v. 1.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-210, maio/ago. 2006.

HASEL, Gerhard F. The 'days' of creation in Genesis 1: literal 'days' or figurative 'periods/epochs' of time. Origins, v. 21, n. 1, p. 5-38, 1994.

JULIEN, Pierre-André. Empreendedorismo Regional e economia do conhecimento. Rio de Janeiro: Saraiva, 2010. E-book. ISBN 9788502111141.

MADUREIRA, Fábio Garcia; GONZALEZ JUNIOR, Ivo Pedro; BERTOLINI, Edinilsa Batista de Jesus; COSTA, Elaíne Manuelle Sarges. Entrepreneurship and innovation - Feasibility study on sustainable residential food production through Aquaponics. International Seven Journal of Multidisciplinary, https://www.sevenpublicacoes.com.br, 13 maio 2024.

MAFEI, Rodolpho A. RESEX Baía de Iguape – Histórico, desafios e estratégias de gestão. ICMBio/RESEX Baía de Iguape – Espaços Costeiros, Eixo temático 5. Salvador: UFBA, 2011. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/secosteiros/article/viewFile/14709/10064. Acesso em: 6 fev. 2025.

MARTINELLI, S. S.; CAVALLI, S. B. Alimentação saudável e sustentável: uma revisão narrativa sobre desafios e perspectivas. Ciência & Saúde Coletiva, v. 24, n. 11, nov. 2019.

NAJBERG, Estela; TETE, Marcelo F.; BORGES, Marcos M. et al. Empreendedorismo Sustentável. Rio de Janeiro: Saraiva, 2014. E-book. ISBN 9788502221741.

NEI – Núcleo de Empreendedorismo e Inovação. Disponível em: https://adventista.edu.br/ecsa/extensao-ecsa/nei-ecsa. Acesso em 03 de jul 2025.

PEARCEY, Nancy. Total Truth: Liberating Christianity from Its Cultural Captivity. Wheaton: Crossway Books, 2004.

RIBEIRO, Luciana; ZASLAVSKY, Alexandre; HOFFMANN, Adriana; VINHA, Marina; BRITO, Karine; COSTA, Vivian. Texto interparadigmático. Interparadigmas, ano 10, n. 10, p. 93-114, 2024.

ROTH, Ariel A. A ciência descobre Deus: evidências convincentes de que o Criador existe. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2010. 272 p. ISBN 978-85-345-1226-8.

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Territórios de Identidade da Bahia. 2016. https://www.ba.gov.br/comunicacao/2024/07/noticias/sei-atualiza-infograficos-dos-territorios-de-identidade

SEMA – Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia. Mapeamento de Experiências Socioambientais do Estado da Bahia. Disponível em: https://www.ba.gov.br/meioambiente/253/mapeamento-de-experiencias-socioambientais-do-estado-da-bahia.

SILVA, Rodrigo. A Suméria e os Testemunhos extrabíblicos de Gênesis 1-11. In: SILVA, W. dos S. (ed.). Criacionismo no Século 21: uma Abordagem Multidisciplinar. Cachoeira: Ceplib, 2013.

SOUZA, Elias Brasil de; AGUIAR, Adenilton Tavares de. A Criação e a Teologia Adventista: Gênesis 1 e a Linguagem Criacionista de João. In: SILVA, W. dos S. (ed.). Criacionismo no Século 21: uma Abordagem Multidisciplinar. Cachoeira: Ceplib, 2013.

TASKER, Roland V. G. Mateus: Introdução e Comentário. São Paulo: Edições Vida Nova, 1980.